

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
MAICON ANTONIO GOMES DE SANTANA MOREIRA

SINDICALISMO NO BRASIL SOB A OFENSIVA DO CAPITAL

SANTOS

2014

MAICON ANTONIO GOMES DE SANTANA MOREIRA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

SINDICALISMO NO BRASIL SOB A OFENSIVA DO CAPITAL

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Rosangela Batistoni.

SANTOS/ 2014

M838s

Moreira, Maicon Antonio Gomes de Santana, 1990-
Sindicalismo no Brasil sob a ofensiva do capital. / Maicon
Antonio Gomes de Santana Moreira ; Orientadora: Profa. Dra.
Maria Rosangela Batistoni. – Santos, 2014.
48 f. ; 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada
Santista, Curso de Serviço Social, 2014.

1. Reestruturação produtiva. 2. Classe trabalhadora. 3.
Sindicalismo. I. Batistoni, Maria Rosangela, Orientadora. II.
Título.

CDD 361.3

Resumo

Sindicalismo no Brasil sob a ofensiva do capital

Este trabalho de conclusão de curso constitui uma sistematização teórica, resultado de pesquisa bibliográfica sobre a ofensiva do capital, especificamente a reestruturação produtiva, seus impactos sobre a classe trabalhadora, seu desenvolvimento no Brasil e impactos sobre o movimento sindical brasileiro. Recorreremos às produções de estudiosos do mundo do trabalho e do sindicalismo brasileiro.

Palavras-chaves: reestruturação produtiva, classe trabalhadora, sindicalismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
-------------------------	----------

CAPÍTULO I

A reestruturação produtiva: acumulação flexível e toyotismo	5
--	----------

CAPÍTULO II

Metamorfoses no mundo do trabalho e suas implicações sobre a classe trabalhadora	15
---	-----------

CAPÍTULO III

Sindicalismo no Brasil sob a ofensiva do capital	29
---	-----------

REFERÊNCIAS	47
--------------------------	-----------

Introdução

Produzir um Trabalho de Conclusão de Curso sobre o sindicalismo no Brasil sob a ofensiva do capital tem suas razões para um metalúrgico estudante de Serviço Social.

Metalúrgico há cinco anos, devo grande parte de meu processo de consciência à graduação em Serviço Social, pois pude confrontar as contradições da realidade vivida na fábrica com as teorias estudadas. Foi neste processo que me inseri na luta dos trabalhadores através do Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista.

Daí o interesse em aprofundar os conhecimentos sobre o movimento sindical brasileiro.

Há também outra razão de grande peso. Tem a ver com projeto de sociedade que desejamos construir: uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados.

Penso que os movimentos operário e sindical representam uma grande força política na construção desta sociedade, embora atualmente no Brasil, uma parcela majoritária deste movimento esteja agindo dentro da ordem e selando pactos com o capital.

Este tema não é alheio ao Serviço Social. Primeiramente, pela própria compreensão da questão social – matéria da profissão, entendida como “indissociável da sociabilidade capitalista envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas”. Assim, “esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando consciência e luta que acumulem forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2007, p. 27). De outro lado, o Serviço Social construiu um projeto profissional radicalmente crítico com fundamentos históricos metodológicos sustentados na tradição marxista, sintonizado com o projeto societário de superação da ordem capitalista.

Por estes motivos venho apresentar este trabalho de conclusão de curso. Trate-se de uma pesquisa bibliográfica sobre a ofensiva do capital, especificamente a reestruturação produtiva, seus impactos sobre a classe trabalhadora, seu desenvolvimento no Brasil e implicações sobre o movimento sindical brasileiro. Recorreremos às produções de estudiosos do mundo do trabalho e do sindicalismo brasileiro, com destaque para Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Armando Boito Jr, José Lima Soares, Andréia Galvão, Paula Marcelino, Waldemar Rossi, Marcelo Badaró Mattos.

A apresentação deste trabalho consta de três capítulos. No primeiro capítulo intitulado **A reestruturação produtiva: acumulação flexível e toyotismo**, abordamos a reestruturação produtiva em seus aspectos mais gerais, considerando os processos de acumulação flexível e o toyotismo.

No segundo - **Metamorfoses no mundo do trabalho e suas implicações sobre a classe trabalhadora**, tratamos das implicações que esta ofensiva do capital desenvolve no mundo do trabalho, ou seja, sobre a classe trabalhadora. Apontamos ainda as particularidades deste processo no Brasil.

No terceiro capítulo - **Sindicalismo no Brasil sob a ofensiva do Capital**, discorreremos a respeito das implicações deste processo sobre o sindicalismo brasileiro. Por fim, tecemos algumas considerações sobre os desafios para o sindicalismo de esquerda.

Capítulo I

A reestruturação produtiva: acumulação flexível e toyotismo

Nos “anos dourados”, houve forte intervenção do Estado na economia para assegurar os superlucros dos monopólios e preservar as condições externas da produção e da acumulação capitalistas. A intervenção estatal direcionou-se também para a preservação e controle da força de trabalho, desonerando o capital de boa parte deste ônus. Os tributos recolhidos da massa da população garantia a prestação de uma série de serviços públicos como educação, transporte, saúde, habitação, etc. Assim, o Estado, a serviço dos monopólios, buscou legitimar-se diante da pressão dos trabalhadores, consolidando políticas sociais e dando origem aos vários modelos de Estados de Bem-Estar Social.

A longa onda expansiva - na qual “os períodos de prosperidade [são] mais longos e intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas” (MANDEL, 1982 apud NETTO; BRAZ, 2012) - que se iniciou com o fim da Segunda Guerra Mundial e onde o capitalismo experimentou o crescimento econômico e a ascensão das taxas de lucro, começa a declinar a partir da metade dos anos sessenta. Neste período, as taxas de lucro apresentavam uma rápida queda e o crescimento econômico se reduzia de tal maneira que nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas da fase anterior.

No entanto, entre 1971 e 1973, o cenário se torna ainda mais crítico com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro e o choque (ou crise) do petróleo devido à alta dos preços, agudizando ainda mais o período recessivo que se iniciava.

Nesta conjuntura, atuavam também outras forças sociais. A organização dos trabalhadores através do movimento sindical adquirira grande força, principalmente nos países centrais onde importantes direitos sociais foram conquistados ao longo dos anos sessenta e início dos anos setenta. Movimentos de categorias sociais específicas como movimento estudantil, feminista e de negros também se lançavam na cena política. Além disso, as experiências socialistas ainda não demonstravam a

sua crise e os Estados Unidos, principal potência imperialista, eram derrotados no Vietnã.

É, contudo, em 1974-1975 que a recessão se generaliza e atinge todas as grandes potências econômicas, fazendo as taxas de lucro despencarem e tornando ainda mais nítido o recuo do crescimento econômico. Dessa forma, o capital é convocado a formular e implementar um conjunto de respostas articuladas sobre um tripé: reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal (NETTO; BRAZ, 2012). Nossa análise centralizará a reestruturação produtiva e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre o movimento sindical. Entretanto algumas considerações a respeito desses outros dois fatores devem ser realizadas.

O neoliberalismo, em linhas gerais, compreende um conjunto de teses e medidas que visam romper com todas as restrições sociopolíticas que limitam a liberdade de movimento do capital. Busca-se romper não somente com as restrições ligadas às relações de trabalho, mas também com a intervenção do Estado na economia. Desse modo, prega (e efetiva) a diminuição dos gastos públicos com políticas sociais através de reformas, que na verdade são um “gigantesco processo de contrarreformas(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais” (Idem, p. 239). Paralelamente a flexibilização das relações de trabalho, o capital avançou nos processos de redução e privatização dos sistemas de seguridade social além da privatização das empresas estatais, riquezas sociais construídas com os recursos da massa da população.

A financeirização do capital corresponde ao crescimento explosivo em função da superacumulação e da queda das taxas de lucro entre os anos setenta e meados dos anos oitenta, de uma massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente, permanecendo na esfera da circulação para valorizar-se neste espaço. Vale ressaltar, como Netto e Braz nos alerta que é apenas na produção que se cria valor, sendo os juros uma dedução da parte da mais-valia criada no processo produtivo.

Essa massa de capital dinheiro passou a funcionar como “capital fictício” (ações, títulos, que não possuem valor em si mesmo) e cresceu de forma

espetacular, passando a ter um caráter especulativo, que não corresponde com a massa de valores reais. Assim, as transações financeiras, apesar de suas flutuações, tornaram-se predominantemente especulativas e proporcionaram ganhos rápidos aos especuladores (bancários, rentistas, acionistas) e “as finanças passaram a constituir, nos últimos trinta anos, o sistema nervoso do capitalismo” (Idem, p.245).

Para compreender algumas mudanças que ocorreram dentro do complexo da reestruturação produtiva, iniciemos trazendo uma breve descrição do modelo de produção que predominou durante o século XX, o fordismo-taylorismo. Este modelo possuiu como elementos constitutivos básicos a produção em massa através das linhas de montagem nas indústrias automobilísticas; o controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista; a existência do trabalho parcelar e a fragmentação das funções; a separação entre elaboração e execução do processo de trabalho; a existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e a constituição do operário massa (ANTUNES, 2011).

O sistema de Taylor buscava acelerar cada vez mais a cadência dos operários. Taylor instalou um pequeno laboratório na fábrica e realizou experiências, as quais levaram ao conhecimento do tempo necessário para realização de cada tarefa e “procurou processos mais científicos para utilizar ao máximo as máquinas já existentes; e não apenas as máquinas, como também os homens” (WEIL, 1996, p.144).

Já nos anos 1980 profundas transformações se operam no interior do mundo do trabalho. Transformações essas que, na perspectiva da luta de classes, não possuem caráter “neutro” e representam uma ofensiva do capital na produção (ALVES, 2000). Houve um grande salto tecnológico onde a automação, a robótica e a microeletrônica invadem o universo fabril e impactam nas relações de trabalho e produção do capital. Além disso, o fordismo e o taylorismo já não são os únicos processos de trabalho, combinam-se com outros processos produtivos flexíveis e, em alguns casos, são substituídos, como a experiência japonesa nos permite constatar através do toyotismo.

Estes novos processos de trabalho que emergem, atendem a nova lógica de mercado e, portanto, necessitam flexibilizar a produção. Neste quadro, os sistemas de contratação também foram duramente atacados. “Formas de contratação *flexíveis*, antes consideradas atípicas, passaram a ser a regra” (RAMLAHO; SANTANA, 2003, p. 12). Ademais, são desenvolvidos e implantados novos padrões de gestão da força de trabalho que se expressam na “gestão participativa”, envolvente, manipulatória, e também na busca pela “qualidade total”, os quais nos debruçaremos mais adiante. Estas mudanças tiveram desdobramentos agudos no que tange aos direitos do trabalho. Estes, historicamente conquistados pelos trabalhadores, foram desregulamentados, flexibilizados ou até eliminados para que se ajustassem a esta nova fase do capitalismo.

Este novo patamar de acumulação capitalista é marcado também pela desconcentração industrial, na qual os grandes conglomerados reduziram suas plantas e direcionaram a pequenas unidades produtivas, promovendo também um processo de “desterritorialização da produção”, ou seja,

“unidades produtivas (completas ou desmembradas) são deslocadas pra novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e de tradições de luta sindical)” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 216).

Esta característica da ofensiva do capital na produção é definida por Giovanni Alves (2000) como “fragmentação sistêmica”, ou seja, a constituição da “empresa rede”. Trata-se de uma forma descentralizada e externalizada de firma, onde é possível instaurar novos patamares de flexibilidade e integração, tanto intrafirma (capital e trabalho assalariado), como nas relações entre empresas. Isso significa dizer que, possibilitadas pelas novas tecnologias de telecomunicações e de informática, uma imensidão de pequenas empresas, subcontratas ou de fornecedores, estabelecem relação com uma empresa central (conglomerado ou corporação transnacional), cuja duração é determinada pelo ciclo produtivo, atendendo perfeitamente à lógica instável do capitalismo mundial.

Antunes em sua obra “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho” nos traz algumas formulações de Harvey sobre a “acumulação flexível”, a qual possui como base a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Nestas condições de acumulação, processos de trabalho (produção) podem coexistir lado a lado de maneira que os capitalistas escolham entre eles.

Por se tratar de uma forma própria do capitalismo, a acumulação flexível mantém três características essenciais desse modo de produção.

“Primeira: é voltado para o crescimento; segunda: este crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional” (ANTUNES, 2011, p. 29).

Além disso, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, ou seja, exige menor quantidade de trabalho vivo e desencadeia um processo de “desemprego estrutural”. Processos que aprofundam a superexploração do trabalho também se disseminam, como o subemprego, o trabalho em domicílio e as práticas de trabalho no setor informal.

Para ilustrar razoavelmente estas experiências de flexibilização produtiva, vale citar uma análise de Gorz (1990b apud ANTUNES, 2011) referente ao funcionamento da Volvo de Uddevalla, na Suécia:

“Os operários desta fábrica estão organizados em equipes de dez pessoas, mulheres e homens, e cada equipe assegura por completo a montagem e a operação de acabamento de um veículo. Cada um conhece vários ofícios, e as diferentes tarefas são assumidas por turno, o mesmo ocorrendo com as funções de chefe de equipe. Os componentes da equipe podem se organizar entre si para tomar, por turno, descansos suplementares, e o plano, que normalmente é de doze veículos por equipe, por semana, pode cumprir-se de maneira muito flexível: o volume de produção pode variar segundo os dias e inclusive segundo as semanas, mas sempre se mantém a média semanal de doze automóveis... A oficina de Uddevalla é uma fábrica de montagem e acabamento. Os operários podem sentir responsáveis pela qualidade da montagem, mas nem a qualidade dos elementos e dos grupos, nem a concepção dos veículos, nem a decisão de produzir automóveis depende deles. Por conseguinte, o produto final de seu trabalho lhes segue sendo – em

grande parte – alheio, como também se apresenta alheio aos trabalhadores que controlam a produção robotizada de motores, caixas de câmbio, suportes etc... Ainda quando acessam a alto grau de autonomia, de soberania sobre o trabalho, permanecem alienados porque não possuem a possibilidade de controlar, de estabelecer e de autodeterminar os objetivos de suas atividades. Seguem a serviço de objetivos que não puderam eleger e dos quais, na maioria dos casos, nem sequer têm conhecimento.”

Foi o toyotismo, entretanto, o processo de trabalho que causou maior impacto, na medida em que operou uma revolução técnica na indústria japonesa propagando-se em escala mundial.

Além das mudanças que impõe no processo produtivo, o toyotismo se apresenta também com novos princípios de administração da produção capitalista, de gestão da força de trabalho, cujo valor universal, segundo Giovanni Alves (2000) é constituir uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da captura da subjetividade operária pela lógica do capital. É um estágio superior de racionalização do trabalho que, a rigor, não rompe com o taylorismo-fordismo (até se mescla com outras vias de racionalização), porém, no plano da gestão da força de trabalho, realiza um salto qualitativo.

Antunes valendo-se dos estudos de Coriat (1992b) expõe quatro fases que levaram ao advento do toyotismo, no Japão. Primeira: a implantação da experiência do ramo têxtil na indústria automobilística, dada a necessidade de o trabalhador operar várias máquinas simultaneamente. Segunda: para responder à crise financeira, produzir mais sem aumentar o número de trabalhadores. Terceira: a importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao kanban com a seguinte máxima: produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo. Quarta: a expansão do método kanban para as empresas subcontratadas e fornecedoras.

Coriat acrescenta ainda dois traços significativos do toyotismo: a necessidade de atender um mercado interno que solicita produtos diferenciados e pedidos pequenos, dadas às condições limitadas do pós-guerra no Japão e a necessidade de superar o caráter caótico e limitado da produção naquele país.

Ao contrário do fordismo com sua produção em série e de massa, o toyotismo possui como características essenciais à condução da produção a partir da demanda. Ou seja, o que determina o que será produzido e a quantidade é o consumo e, portanto, a produção é flexível, variada e diversificada. Ela sustenta-se também no estoque mínimo e no melhor aproveitamento do tempo, garantido pelo just-in-time. O kanban, por sua vez, é o responsável pela indicação da necessidade de repor peças/produtos na medida em que são vendidos (Gounet, 1992; Coriat, 1992b apud ANTUNES, 2011).

Produzir em melhor tempo e com melhor qualidade exige, além de tecnologias avançadas, algo fundamental: trabalhadores “polivalentes”, “multifuncionais” e “qualificados” que possam operar várias máquinas ao mesmo tempo (em média cinco máquinas, na Toyota). Rompe-se, assim, com a relação um homem, uma máquina típica do fordismo.

Outra característica que Antunes nos traz valendo-se dos ensaios de Gounet (1992) é a realização do trabalho em equipes, rompendo-se também o caráter parcelar típico do fordismo. Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas, que devem se adaptar com facilidade e agilidade para que novos produtos sejam produzidos. A implantação do trabalho em equipes possibilitou também estimular o engajamento dos trabalhadores através da pressão exercida coletivamente pelos membros do grupo. Passa a existir um controle dos operários pelos próprios operários.

No toyotismo, reduziu-se o âmbito de produção das montadoras e a produção de elementos básicos passaram a ser responsabilidade de subcontratadas, terceirizadas. É a “horizontalização”, a qual também se alastrou por toda a rede de fornecedores.

“Desse modo, kanban, just-in-time, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente” (ANTUNES, 2011, p. 34).

O sistema toyotista, segundo Gounet, supõe uma intensificação da exploração da força de trabalho, quer pelo fato de que os operários atuam simultaneamente em várias máquinas diversificadas, quer através do sistema de luzes (verde = funcionamento normal; laranja = intensidade máxima, e vermelha = há problemas, deve-se reter a produção) que possibilitam ao capital intensificar o ritmo produtivo.

Outro elemento essencial para o toyotismo é dispor de trabalhadores com direitos flexíveis adequando-se às necessidades do mercado consumidor. O ponto de partida é um número mínimo de trabalhadores, ampliando-se através de horas extras, contratação de trabalhadores temporários ou subcontratados dependendo das exigências do mercado, que determina a produção.

Na concretude japonesa, o toyotismo apresentou estas características básicas e se expandiu mundialmente em formas menos “puras” e mais híbridas, trazendo profundas consequências para o mundo do trabalho em escala ampliada.

Contudo, a “substituição” do fordismo pelo toyotismo, obviamente não deve ser entendida, segundo Antunes, como um novo modo de organização societária e nem como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista, pois qualquer um destes processos produtivos apenas se realiza no interior de um sistema produtor de mercadorias, de criação e valorização do capital.

Dentre as mudanças que foram desencadeadas a partir do toyotismo, vale destacar a singularidade do “estranhamento” do trabalho possibilitado por este processo produtivo. A diminuição das hierarquias, a redução do despotismo fabril e a maior “participação” do trabalhador na concepção do processo de produção proporcionaram um estranhamento próprio do toyotismo. Nas palavras de Antunes:

“A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é qualitativamente distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, do toyotismo, é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória” (ANTUNES, 2011, p. 40).

O “envolvimento cooptado” possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho, e, aparentemente, elimina a distância entre elaboração e execução no processo de trabalho. Trata-se de uma aparência, pois a decisão do que e como produzir não pertence ao trabalhador, nem o produto de seu trabalho, que lhe permanece alheio e estranho.

“Por isso pensamos que se possa dizer que, no universo da empresa da era da produção japonesa, vivencia-se um processo de estranhamento do ser social que trabalha, que tendencialmente se aproxima do limite. Neste preciso sentido, é um estranhamento pós-fordista” (Idem, p. 40).

A questão da “captura da subjetividade operária”, um dos principais objetivos do toyotismo segundo Alves, é bastante explorada por este autor. O toyotismo desempenha um grande poder ideológico no campo organizacional, incentivando a administração “participativa”, salientando os Círculos de Controle de Qualidade e instaurando a “manipulação” do “consentimento operário”, objetivada num conjunto de inovações organizacionais e institucionais e mecanismos de comprometimento operários, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva.

Para incorporar a subjetividade operária à lógica do capital, uma das principais estratégias é a abertura de “mercados internos” nas empresas, onde linhas de carreiras abertas estimulam o consentimento operário e o engajamento dos trabalhadores assalariados.

Através das “estruturas estimulantes” dos mercados internos, do emprego vitalício, dos novos sistemas de pagamentos (salário por antiguidade, bônus de produtividade ou participação nos lucros) o toyotismo investe na disputa individual entre os trabalhadores. “O essencial é instaurar um elo entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários” (ALVES, 2000, p. 52).

No entanto, este autor ressalta que a aplicação de incentivos salariais para gerenciar o comportamento operário e elevar a produtividade não é criação do toyotismo. Este apenas desenvolveu, com seus novos sistemas de pagamentos e até mesmo pelo trabalho em equipe, “um meio refinado e civilizado” de exploração da força de trabalho. Entretanto, no caso Japão, a busca incessante pelo aumento

da produtividade provocou casos de morte súbita no trabalho, intitulados karochoi, e outras psicopatologias do trabalho (WATANABE, 1993 apud ALVES, 2000).

Desta maneira, a captura da subjetividade operária pela lógica do capital tende a se tornar mais consensual, envolvente, mais participativa e manipulatória. O estranhamento pós-fordista, com o toyotismo, possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos capitalistas, capturando, além do saber e do fazer do trabalho, a “disposição intelectual-afetiva” do operário e encorajando-o a pensar “pró-ativamente”.

Com a bibliografia levantada, vimos que, apesar de basear-se na introdução de novas tecnologias (microeletrônica, robótica, automação), o toyotismo visa obter a máxima intensidade do trabalho através de uma força de trabalho totalmente flexível, e sua maior preocupação ainda é manipular e constituir um novo tipo de exploração dos trabalhadores.

Compreender a ofensiva do capital a partir da reestruturação produtiva se dá pela necessidade de apreendermos algo que é fundamental ao modo capitalista de produção: a (des) construção da classe dos trabalhadores assalariados como uma das condições sócio-históricas para um novo patamar de acumulação. É a partir daí que se instaura um novo e precário mundo do trabalho e uma crise do sindicalismo.

Capítulo II

Metamorfoses no mundo do trabalho e suas implicações sobre a classe trabalhadora

A reestruturação produtiva, tendo como processo de trabalho predominante o toyotismo, produziu um conjunto contraditório de metamorfoses sobre a classe operária industrial. Estas, no entanto, são resultados de processos sócio históricos de longa duração, de acumulação capitalista, onde houve o desenvolvimento da grande indústria. A reestruturação produtiva representa o terreno fértil para que estas transformações ocorram com maior intensidade e amplitude na direção do esfacelamento da classe trabalhadora.

De um lado, verificou-se uma redução do operariado industrial tradicional, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo fordismo nos países de capitalismo avançado, o que Antunes (2011) denomina “desproletarização do trabalho industrial fabril”, repercutindo em maior ou menor intensidade nas áreas industrializadas do terceiro mundo. Esse processo se desencadeia quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica. Na França, por exemplo, o contingente operário, em 1975, era de 8,118 milhões; em 1989 reduziu-se a 7,121 milhões. Os dados levantados por Annunziato (1989), citado por Antunes (2011), mostram que nos Estados Unidos, entre 1980 e 1986, se evidenciou, de um lado, a retração dos trabalhadores da indústria manufatureira (e também da mineração e dos trabalhadores agrícolas).

Do outro, houve um enorme incremento do “novo proletariado” (ANTUNES, 2001) com a expressiva expansão do trabalho assalariado no setor de serviços e a propagação das formas de trabalho precarizado. Segundo Annunziato, o setor de serviços abrange a indústria de serviços, o pequeno e o grande comércio, as finanças, os seguros, o setor de bens imóveis, a hotelaria, os restaurantes, os serviços pessoais, de negócios, de divertimentos, da saúde, os serviços legais e gerais.

Em inúmeras partes do mundo ocorreu um processo de “subproletarização intensificada” (ANTUNES, 2011), expandindo os “terceirizados”, subcontratados, “part time”, entre tantas outras formas assemelhadas.

Essas diversas categorias de trabalhadores, segundo Bihr (1991 apud ANTUNES, 2011) têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

Para ilustrar esta processualidade: na França, entre 1982 e 1988, houve aumento de 111mil empregos em tempo parcial (Bihr, 1990 apud ANTUNES, 2011). Em 1988, 23,2% dos assalariados da Comunidade Econômica Europeia eram empregados em tempo parcial ou em trabalho temporário (Stuppini, 1991 apud ANTUNES, 2011). Para Harvey (1992 apud ANTUNES, 2011),

“a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos... Na Inglaterra, os ‘trabalhadores flexíveis’ aumentaram em 16%, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6%, ficando em 15,6 milhões... Mais ou menos no mesmo período, cerca de um terço dos dez milhões de novos empregos criados nos EUA estavam na categoria ‘temporário’”.

Vê-se, desse modo, que, paralelamente ao decrescimento dos empregos em tempo completo nos países avançados, houve um aumento das formas de “subproletarização”, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados, etc. (ANTUNES, 2011). Esta “subproletarização” conta em grande medida com a inserção da força de trabalho feminina sob condições precárias e em tempo parcial. “Se as estatísticas oficiais contavam 2,560 milhões de assalariadas em tempo parcial em 1980, três anos depois a revista *Economista* de Tóquio estimava em 5 milhões o conjunto de assalariadas trabalhando em tempo parcial” (HIRATA, 1986 apud ANTUNES, 2011).

O incremento desse contingente de mulheres, ainda segundo Antunes, representa um traço marcante das transformações em curso (naquele período) no interior da classe trabalhadora. Há agora maior presença feminina no mundo do trabalho não apenas em setores como o têxtil, no qual tradicionalmente sempre houve forte emprego de mulheres, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica e o setor de serviços principalmente, além das ocupações em tempo parcial e em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital. Para ilustrar, trazemos alguns dados: do volume de empregos em tempo parcial gerados na França entre 1982 e 1986, mais de 80% foram preenchidos pela força de trabalho feminina (BIHR, 1991 apud ANTUNES, 2011) e, apesar das diferenças nacionais, as mulheres representam mais de 40% do total da força de trabalho em muitos capitalistas avançados (HARVEY, 1992 apud ANTUNES, 2011).

Podemos afirmar que esta tendência, o incremento da força de trabalho feminina, se consolidou e não se restringe apenas aos postos de trabalho historicamente femininos, como setor têxtil, ou de serviços. É possível observar cada vez mais, a inserção de mulheres nos setor metalúrgico, por exemplo. Na Usiminas, siderúrgica nacional de grande porte, em sua planta de Cubatão, o número de mulheres é cada vez maior nos cargos operacionais ligados diretamente a produção.

A “classe-que-vive-do-trabalho”, agora, é tanto masculina quanto feminina e, não apenas por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Assim, para uma crítica do capital enquanto relação social, é necessário apreender não somente a relação capital/trabalho, mas também as relações opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta vislumbre também a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 2011).

Vale destacar também que os jovens e os idosos, por outro lado, foram excluídos do mercado de trabalho dos países centrais (ANTUNES, 2001). As crianças também foram, precoce e criminalmente, incluídas no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino americanos, etc.

Além da desproletarização relativa do trabalho industrial, da incorporação do trabalho feminino, da subproletarização do trabalho, através do trabalho parcial, temporário, tem-se um intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes da expansão do setor de serviços. Nos EUA, por exemplo, o setor de serviços no período de 1980 a 1986 foi responsável por 60% de todas as ocupações (não incluído o setor governamental) (ANNUNZIATO, 1989 apud ANTUNES, 2011) e, na Itália, o setor “terciário” ultrapassa 60% do total de ocupações (STUPPINI, 1991 apud ANTUNES, 2011).

Antunes (2011) acrescenta mais uma consequência muito importante que se dá no interior da classe trabalhadora seguindo uma dupla direção: paralelamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional efetua-se uma “alteração qualitativa na forma de ser do trabalho”, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação.

Têm-se, assim, uma cisão na estrutura da classe operária, entre seu núcleo produtivo, constituído pelos operários “polivalentes”, com capacidade de autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos, e os demais operários industriais, o “subproletariado tardio”, na periferia da produção, em sua maioria com empregos precários, temporários e com níveis salariais inferiores (ALVES, 2000).

No que tange a qualificação da forma de ser do trabalho, esta está ligada a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, proporcionando como tendência nas unidades produtivas mais avançadas, a possibilidade de o trabalhador aproximar-se do que Marx (1972 apud ANTUNES, 2011) chamou de “supervisor e regulador do processo de produção”. Nas palavras de Marx

“(…) O trabalho já não aparece tanto como encerrado no processo de produção, senão que, melhor, o homem se comporta como supervisor e regulador em relação ao processo de produção mesmo. O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, como um anel intermediário entre a coisa e ele, mas insere o processo natural que transforma em industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual domina. Apresenta-se ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal”.

A efetivação desta tendência - a redução do trabalho como fonte criadora de valor – supõe, para sua plena efetivação, a ruptura em relação à lógica do capital. Portanto, enquanto existir modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho enquanto fonte criadora de valor, mas pode desencadear mudanças no interior do processo de trabalho a partir do avanço científico e tecnológico e, por conseguinte, uma crescente qualificação do trabalho e intelectualização do trabalho social (ANTUNES, 2011).

É a persistência do trabalho vivo no interior do processo de produção que explica a insaciável busca pela racionalização do trabalho na era da grande indústria (e da pós-grande indústria), seja como taylorismo-fordismo, seja como toyotismo (ALVES, 2000).

Um exemplo de avanços tecnológicos é o caso da fábrica automatizada japonesa Fujitsu Fanuc, onde mais de quatrocentos robôs fabricam, durante 24 horas do dia, outros robôs. Os operários, cerca de quatrocentos, tem a tarefa de concertar os robôs que se danificam e fazer a manutenção preventiva. Outras 1700 pessoas estão alocadas nos trabalhos de pesquisa, administração e comercialização da empresa (GORZ, 1990b apud ANTUNES, 2011). É um exemplo singular, porém permite constatar que não houve eliminação do trabalho, e sim um processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora, no qual o trabalhador supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas, programa-as e repara os robôs em caso de necessidade.

Ainda sobre a maior qualificação ou intelectualização do trabalho, Antunes apresenta uma tese de Lojkine (1990) de que a imagem do trabalhador manual não mais permite dar conta do novo trabalho operário nas indústrias. Este se converteu em vários ramos mais qualificados, o que se constata, por exemplo, na figura do operador vigilante, do técnico de manutenção, do programador, do controlador de qualidade, do técnico da divisão de pesquisa, engenheiro encarregado da coordenação técnica e da gestão da produção. “O homem já não transforma, nem conforma objetos materiais, mas sim vigia operações em uma tela, programa-as e,

em caso de necessidade, repara ou ajusta as máquinas que efetuam o trabalho manual” (GORZ, 1990 apud ALVES, 2000).

Conforme Giovanni Alves, a classe operaria industrial, instalada no “núcleo central do complexo produtor de mercadorias” diminuiu e se qualificou, tornou-se polivalente, para se integrar à nova organização da produção, principalmente sob a lógica do toyotismo. Assim, funções “produtivas” (material) e funções ditas “improdutivas” (informático) se interpenetraram cada vez mais.

A outra transformação que se deu paralelamente foi a desqualificação de inúmeros setores operários, que levou, de um lado, à desespecialização do operário oriundo do fordismo e, por outro, à massa de trabalhadores que oscila entre temporários, parciais, subcontratados, terceirizados (embora se saiba que há, também, terceirização em segmentos ultraqualificados) e da “economia informal”. Este enorme contingente chega à faixa de 50% da população trabalhadora dos países avançados, incluindo os desempregados que Antunes denomina “subproletariado” moderno.

Este processo de desespecialização dos operários profissionais está fortemente ligado à criação dos “trabalhadores multifuncionais” pelo toyotismo, o que significou um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, a fim de diminuir seu poder sobre a produção e aumentar a intensidade do trabalho.

A segmentação da classe trabalhadora, segundo Ricardo Antunes, se intensificou de tal modo que no centro do processo produtivo existe um grupo de trabalhadores, em processo de retração em escala mundial, que permanece em tempo integral nas fábricas, com maior segurança no emprego, mais inserido na empresa e com algumas vantagens decorrentes de sua maior “integração”.

Já a periferia da força de trabalho compreende dois subgrupos. O primeiro consiste em trabalhadores com habilidades facilmente encontradas no mercado de trabalho, como o pessoal de trabalho rotineiro, manual, menos especializado. Esse grupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade. O segundo grupo que tem crescido significativamente nos últimos anos, diz respeito aos trabalhadores

contratados em tempo parcial; contratados a partir de contratos por tempo determinado ou subcontratos, tendo ainda uma menor segurança de emprego que o primeiro grupo, o que oferece uma maior flexibilidade numérica.

Esta “expansão periférica” no complexo produtivo, baseada em unidades de subcontratação industrial e de “serviços”, é denominada por Alves (2000) como “subproletarização tardia”, uma nova precariedade do trabalho adequada à lógica de acumulação flexível.

Desse modo, podemos concluir que se trata de um processo contraditório que “superqualifica” em vários ramos produtivos e “desqualifica” em outros.

De fato, uma das maiores consequências à classe trabalhadora é o desemprego estrutural, que, segundo a análise de Giovanni, constitui um novo “patamar de exclusão social” nos principais países capitalistas. Em decorrência do desenvolvimento da produtividade do trabalho, seja através da introdução de novas tecnologias microeletrônicas, seja através de novos padrões organizacionais vinculados ao toyotismo, surge uma “população trabalhadora excluída”, ou seja, massa de desempregados (e subproletários) excluídos da “nova ordem capitalista”.

Outro fator importante que impacta na exclusão de grande parte dos trabalhadores do processo produtivo e de serviços é a financeirização da riqueza, a qual impulsiona o processo de valorização na perspectiva da redução do trabalho vivo como estratégia de rentabilidade acionária, conforme já descrevemos no primeiro capítulo.

Os elementos aqui apresentados mostram, em linhas gerais, quais foram os impactos da reestruturação do capital sobre a classe trabalhadora. Esta se tornou “mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada” (ANTUNES, 2001, p. 44). Vejamos como este processo se desenvolveu na particularidade do Brasil.

Flexibilização, intensificação e precarização do trabalho no Brasil.

No Brasil a partir de 1930, com o getulismo foram criadas as condições políticas para o surto de industrialização e, ao mesmo tempo, para a constituição da burguesia como a nova classe dominante, sem destruir a velha oligarquia cafeeira. “A indústria desenvolveu-se como fonte de dinamismo da economia nacional, engendrando uma tardia e lenta incorporação dos padrões produtivos e tecnológicos oriundos dos países centrais”, como analisa Batistoni (2001, p. 49).

Os estudiosos referidos neste estudo (ANTUNES, BATISTONI, MATTOS) enfatizam o papel do Estado em criar condições para o desenvolvimento econômico com a regulamentação das leis de relação entre trabalho e capital — a legislação trabalhista e sindical.

O segundo salto se dá em meados de 1950, com Juscelino Kubitschek, num intenso processo de “industrialização pesada” (ALVES, 2000), cuja base era o vigoroso tripé formado por empresas transnacionais, estatais e privadas nacionais sustentadas no modelo taylorista-fordista, que passou a comandar especialmente a indústria de bens de consumo duráveis, como a metalúrgica, automobilística e naval.

Constituiu-se, desse modo, uma nova base material de acumulação do capital, na qual a indústria se desenvolveu com o predomínio do padrão taylorista-fordista, que dá origem a um novo proletariado metalúrgico vinculado a indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, cujo maior exemplo é o complexo automotivo da região do ABC paulista. Este período, no plano mundial, marca também uma nova divisão internacional do trabalho, na qual os países de capitalismo central começavam a deslocar seus aparelhos industriais para os países periféricos.

“[agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas versus produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufaturas de bens de produção” (OLIVEIRA, 1989 apud ALVES, 2000).

A instalação de imensas plantas industriais no Brasil, concentrando uma massa de operários diretos e incentivando a criação de um complexo industrial (e de

serviços), levou a constituição do “trabalhador coletivo” moderno, que se tornaria o suporte material do sindicalismo de massa.

O terceiro salto de acumulação do capital foi experimentado a partir do golpe de 1964, quando se aceleraram fortemente a industrialização e a internacionalização da economia brasileira, “que foi garantido pela repressão e pelo despotismo fabril, resultando no processo intenso e extenuante de dilapidação da força de trabalho, sob a ditadura civil-militar” (BATISTONI, 2001, p.174).

A autora referida assinala que governos militares implantaram um conjunto de medidas político-econômicas, especialmente no âmbito das relações de trabalho, expressas através da política salarial e sindical, com implicações imediatas e em longo prazo na situação de vida do conjunto da classe trabalhadora (BATISTONI, 2001).

Entre 1968 e 1973 o desenvolvimento capitalista no Brasil alcança índices de crescimento impressionantes. É o denominado “milagre brasileiro”. Isso ocorre num período de ditadura militar, no qual

“a superexploração do trabalho no Brasil iria assumir a sua maior perversidade histórica, articulando uma jornada prolongada de trabalho com uma intensidade extenuante do processo produtivo, e uma tendência persistente à depreciação salarial, à constante subcontração do *quantum* referente à remuneração do trabalho, em benefício do mais-valor apropriado pelo capital monopólico” (ANTUNES, 1988 apud ALVES, 2000).

A estrutura produtiva era voltada, de um lado, para a produção de bens de consumo duráveis, visando um mercado interno restrito e seletivo; de outro, para a exportação tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados.

A dinâmica interna do padrão de acumulação industrial estruturava-se pela vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e em ritmo intenso de produção.

Batistoni (2001) ao analisar o processo produtivo das indústrias metalúrgicas sob a ditadura militar aponta as despóticas formas de organização e gestão do trabalho, no interior das fábricas, e os mecanismos políticos e jurídicos repressivos sobre o conjunto dos trabalhadores. Cita, por exemplo, a recorrência à variantes racionalizadoras, psicologizantes e persuasivas, que aperfeiçoam os modelos taylorista e fordista, tais como a rotação, o enriquecimento de cargos e os grupos semi-autônomo, com o objetivo de prevenção de conflitos no processo produtivo.

Este padrão de acumulação começou a sofrer as primeiras alterações em meados da década de 1980, num contexto de crise econômica. Presenciava-se, ainda que num ritmo lento em relação aos países centrais, o início das mutações organizacionais e tecnológicas no interior do processo produtivo e de serviços em nosso país.

A crise econômica brasileira (1979-1983) acarretara em arrocho salarial, queda de produção, emprego e investimentos, especialmente nos setores de bens de capital e bens consumo duráveis, redução dos gastos estatais, evasão de capitais estrangeiros, alimentação do processo inflacionário e baixas taxas de crescimento (BATISTONI, 2001).

No conjunto de estratégias para enfrentar a crise e recuperar a taxas de lucro, além da política exportadora, as empresas passam a adotar, no início de modo restrito, novos padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*; germinou a produção baseada em *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total, ampliando também o processo de difusão da microeletrônica, automação e robótica (ANTUNES, 2006).

Eram implantados, também, ainda de modo preliminar, os métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuravam o “envolvimento” (na verdade a adesão e a sujeição) dos trabalhadores com os interesses das empresas. Estas transformações, que ocorreram na estrutura industrial e organizacional, segundo Antunes, têm seus principais determinantes decorrentes:

1) das imposições das empresas transnacionais, que levaram à adoção, por parte de suas subsidiárias no Brasil, de novos padrões organizacionais e tecnológicos, em maior ou menor medida inspirados no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação;

2) da necessidade, no âmbito dos capitais e de seus novos mecanismos de concorrência, de as empresas brasileiras prepararem-se para a nova fase, marcada por forte “competitividade internacional”;

3) da necessidade de as empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo e das formas de confronto e de rebeldia dos trabalhadores que procuravam estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho, desde as históricas greves do ABC paulista, no pós-1978, e também em São Paulo, onde era significativa a experiência de organização de base nas empresas” (ANTUNES, 2006, p.17-18).

Resumidamente, a elevação da produtividade ocorreu por meio de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho, surgimento dos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção just-in-time e kanban, entre os principais elementos. O taylorismo-fordismo, assim, começava a se abrir para os primeiros influxos de um “toyotismo restrito” (ALVES, 2000).

Já na segunda metade da década de 1980, com a recuperação parcial da economia brasileira, são ampliadas as inovações tecnológicas por meio da introdução da automação industrial de base microeletrônica nos setores metalomecânico, automobilístico, petroquímico, siderúrgico e bancário, entre tantos outros. Os investimentos em novas tecnologias produtivas, tais como máquinas-ferramentas a comando numérico, controladores lógicos programáveis (CLP), prensas automáticas, etc., se elevam. A incorporação destas tecnologias, contudo, foi parcial e seletiva, concentrando-se nas grandes empresas do setor metalomecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico, e ocorreu em pontos estratégicos da produção, do ponto de vista da qualidade do produto ou do controle do processo produtivo. Além disso, as tecnologias microeletrônicas na produção predominavam na grande empresa vinculada à exportação e nas empresas que produziam maquinarias, insumos ou componentes para as indústrias exportadoras.

É na década de 1990, sob a condução política em conformidade com o ideário neoliberal, que a reestruturação produtiva do capital se desenvolve de forma intensa no Brasil. A política neoliberal, através do governo Collor e Cardoso, busca recuperar a reprodução interna do capital, debilitada na década anterior. Esta política é descrita de forma sintética e elucidativa por Alves (2000):

“O que podemos denominar “política neoliberal” é um processo complexo de medidas de reforma da economia e do Estado capitalista no Brasil, capazes de propiciar uma transição à nova hegemonia do capitalismo monopolista no país, um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, vinculado a um modo de inserção dependente da economia brasileira em relação à mundialização do capital. Inicia-se com o governo Fernando Collor, em 1990, e prossegue, com maior eficácia política, com os governos Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). As principais características da política neoliberal no Brasil, cujo estabelecimento é perseguido desde o governo Collor, são a liberalização comercial e o novo impulso no processo de privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, etc. São medidas capazes de reconstituir o Estado capitalista a serviço da nova lógica do capitalismo mundial. O que quer dizer que o neoliberalismo, considerado como ideologia política da burguesia monopolista na época da mundialização do capital, não implica “negar” a centralidade do papel do Estado na economia capitalista, mas reconstituí-lo segundo a lógica das corporações transnacionais. Ou seja, o “Estado mínimo” para os liberais é, na verdade, o “Estado máximo” para o capital”.

Durante a década de 1990, os processos de acumulação flexível e o ideário japonês são implementados de forma ampla através da intensificação da “lean production”, dos sistemas just-in-time e kanban, do processo de qualidade total, voltados para a captura da subjetividade operária. Desenvolve-se, assim, um “toyotismo sistêmico” no país (ALVES, 2000). Ademais, as formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, a transferência de plantas e unidades produtivas, caracterizam a reprodução de uma nova precariedade no interior do mundo do trabalho.

O enxugamento da força de trabalho combinou-se com mudanças sociotécnicas no processo produtivo. Acentuaram-se a flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho. E o fordismo, cada vez, mesclou-se com

novos processos produtivos oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas.

Os impactos sobre a classe trabalhadora brasileira são, sem dúvida, destrutivos.

“Para os trabalhadores, em contrapartida, tais mudanças significaram a perda da autonomia do trabalho e a subordinação à cadência dos novos equipamentos com forte desgaste mental, não obstante tenha ocorrido redução do desgaste físico em alguns setores. Os trabalhadores tornaram-se prisioneiros da linha de montagem, uma vez que o ritmo do trabalho passa a ser controlado pelos robôs” (BATISTONI, 2001, p. 178).

No contexto de desregulamentação do comércio mundial que caracteriza a década de 1990, a indústria automobilística brasileira intensificou o processo de reestruturação produtiva por meio das inovações tecnológicas (inicialmente, robôs e sistemas de auxílio de desenho por computador – CAD e de manufatura por auxílio de computador - CAM) ou por meio de mudanças organizacionais, envolvendo uma relativa desverticalização, forte subcontratação e terceirização da força de trabalho, relativa redução de níveis hierárquicos, implantação de novas fábricas de tamanho reduzido, estruturadas com a base em células produtivas, além da ampliação da rede de empresas fornecedoras.

Formas de “envolvimento” da força de trabalho também ganham força nos programas de reestruturação das montadoras. A pesquisa de Antunes investiga a Volkswagen e a Mercedes-Benz.

“Na primeira montadora, o experimento de tentativa de manipulação dos trabalhadores, denominado “Coração Valente”, é exemplar de como a empresa pretendeu capturar a subjetividade do trabalho em benefício da acumulação e do aumento da produtividade. O *Manual de integração* distribuído pela Toyota para os trabalhadores que ingressam na empresa é outro exemplo. Sua denominação fala por si só.” (ANTUNES, 2006, p. 20).

A reestruturação se deu de formas distintas em diferentes setores produtivos e de serviços, no entanto, um traço praticamente comum é o aumento dos mecanismos de desregulamentação e de precarização da força de trabalho.

Sua lógica levou também a um processo de desproletarização de importantes contingentes operários. No ABC paulista, por exemplo, em 1987, existiam aproximadamente 200.000 metalúrgicos, em 1998 esse contingente diminuiu para menos de 120.000. Em Campinas, em 1989, existia cerca de 70.000 operários industriais, e em 1998 esse número havia sido reduzido para menos de 40.000. Em 1989 existia mais de 800.000 bancários, em 1996 esse número havia sido reduzido para 570.000 (ANTUNES, 1999).

A terceirização, por sua vez, foi disseminada pelas empresas como medida para “reduzir os custos”, aumentar a produtividade e, assim, mantê-las na concorrência, porém possui uma importante significação política na medida em que enfraquece a coesão e a solidariedade entre os trabalhadores. Esta prática, relativamente pequena na década de 1980, aumentou significativamente nos 1990 para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado.

A reestruturação produtiva, a flexibilização, desregulamentação e precarização do trabalho no Brasil, desse modo, imprimiram profundas mudanças no universo do trabalho e na classe trabalhadora brasileira. A sua organização, seus organismos de representação, suas práticas reivindicativas também foram enfraquecidas em virtude desta ofensiva do capital. Adiante, trataremos da postura do movimento sindical brasileiro face a esses ataques e qual é a sua atual condição.

Sindicalismo no Brasil sob a ofensiva do Capital

A reestruturação produtiva no Brasil, como situamos no capítulo anterior, teve seus primeiros impulsos, mais restritos, no início da década de 1980, num cenário de crise econômica. Com a recuperação da economia em meados desta década, as inovações tecnológicas e organizacionais passam a ser implantadas com maior amplitude e intensidade em outros setores produtivos e de serviços. É na década de 1990, sob a era neoliberal, que a reestruturação toma novo impulso e se consolida. As implicações para a classe trabalhadora brasileira, como já vimos, foram das mais nefastas, resultando em demissões em massa, intensificação da jornada de trabalho, precarização através das terceirizações, subcontratações e informalização.

Cabe a nós, neste capítulo, apontar algumas características do movimento sindical no contexto da reestruturação produtiva nas décadas de 1980 e 1990, e darmos uma maior ênfase na atual situação do sindicalismo brasileiro sob o governo Lula.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, verificamos o ressurgimento do movimento operário brasileiro, que, diante dos ataques do capital, teve uma reação ofensiva, reivindicando não apenas aumento salarial, mas também “procurando conquistar direitos do trabalho, tais como a organização por local de trabalho, negados pelo modo de desenvolvimento capitalista no Brasil” (ALVES, 2000, p.124).

Os abalos começaram em 1978, com as greves do ABC, que se alastraram por todo o país e desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

Para as lideranças sindicais daquele período, o “novo sindicalismo” dependeria da ruptura com a estrutura sindical, que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores. Nas palavras de Lula, naquele contexto:

“A estrutura sindical brasileira (...) é totalmente inadequada. Não se adapta à realidade, foi feita de cima para baixo (...). É preciso

acabar com a contribuição sindical que atrela o sindicato ao Estado. A estrutura e a legislação sindical deveriam ser reformuladas como resultado das necessidades. O sindicato ideal é aquele que surge espontaneamente, que existe porque o trabalhador exige que ele exista” (Lula: entrevistas e discursos apud MATTOS, 2009).

Diferentemente do quadro de crise sindical que se desenvolvia nos países centrais, no Brasil, o novo sindicalismo, de caráter classista, experimentava um momento particularmente positivo e forte. Para Antunes (1999) esta constatação pode ser feita ao se observar que:

1- houve um enorme movimento de greves, desencadeado pelos mais variados segmentos de trabalhadores, como os operários industriais, os assalariados rurais, os funcionários públicos e diversos setores assalariados médios. Das 118 greves registradas em 1978 às 3.943 de 1989, forma 12 anos de crescimento no número e volume de paralisações.

2- Deu-se uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, como bancários, professores, médicos, funcionários públicos etc., que cresceram significativamente durante esse período e se organizaram em importantes sindicatos. Aumentou também os níveis de sindicalização.

3- Houve continuidade do avanço do sindicalismo rural, em ascensão desde os anos 1970.

4- Foram criadas as centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores, inspirada, na sua origem, num sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado.

5- Procurou-se avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical, por meio da criação de inúmeras comissões de fábrica, entre outras formas de organização nos locais de trabalho.

6- efetivou-se ainda um avanço significativo na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado.

No que diz respeito ao crescimento no número de greves na década de 1980, vale destacar que elas representaram uma novidade não apenas pela sua quantidade, mas também por sua qualidade. Além das greves por categoria, aumentou o número de paralisações por empresa. Os métodos também foram diversificados. Greves com ocupação, greves “pipoca”, operação “padrão”, “vaca brava” e “tartaruga” foram algumas das novas formas que surgiram no período. Categorias “novas” no movimento sindical, como os funcionários públicos, também realizaram grandes mobilizações. Entre 1983 e 1989, foram convocadas quatro grandes greves gerais nacionais marcadas pela elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, exigindo mudanças na política econômica, reforma agrária e a suspensão do pagamento da dívida externa (MATTOS, 2009).

Destaca-se também a disseminação das oposições sindicais que lutavam para afastar os pelegos dos sindicatos – tendo como melhor exemplo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

No entanto, nos últimos anos daquela década, começavam a despontar as tendências econômicas, políticas e ideológicas que foram responsáveis na década de 1990 pela inserção do sindicalismo brasileiro numa postura defensiva.

As transformações que ocorreram com a reestruturação produtiva levaram a um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, como descrevemos anteriormente, além da precarização e intensificação ainda mais acentuadas da força de trabalho.

Com os governos Collor e FHC, as propostas de desregulamentação, de flexibilização e de privatização tomaram forte impulso. Amplia-se, assim, o subproletariado, os terceirizados, os subempregados, ou seja, as distintas modalidades do trabalhador precarizado. Esses governos intensificaram o processo de desmontagem dos poucos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores durante várias décadas de luta.

Essa nova realidade, segundo Antunes, arrefeceu e tornou mais defensivo o novo sindicalismo, que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um

sindicalismo de caráter neoliberal, expressão da *nova direita*, sintonizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical, criada em 1991, é o maior exemplo. E, de outro, diante da inflexão inspirada pela Articulação Sindical, tendência majoritária no interior da CUT, que a aproximava dos modelos do sindicalismo socialdemocrata. Em 1992, a CUT filia-se, à CIOSL – central sindical internacional ligada ao sindicalismo estadunidense e europeu. Assim, em seu núcleo dominante, a CUT abandonou as concepções socialistas e anticapitalistas em nome de uma “acomodação dentro da ordem” (ANTUNES, 1999, p. 241).

Cada vez mais, a Central Única dos trabalhadores se estruturou em defesa da política de “parceria”, das negociações com o patronato, das câmaras setoriais, da participação conjunta entre capital e trabalho visando o “crescimento do país”. Esta postura sindical “dentro da ordem” não conseguiu ao menos preservar interesses dos trabalhadores. As câmaras setoriais, por exemplo, que foram concebidas como modelo de pacto entre capital, governo e sindicatos, para reestruturar o parque produtivo e aumentar os empregos, depois de várias experiências, resultaram num grande fracasso, contabilizando enormes perdas de postos de trabalho. Dentro destas câmaras, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fechou o “acordo das montadoras”. Após seu período de vigência, o desemprego continuava a crescer. Em contrapartida, a produtividade do trabalho e o lucro das empresas foram multiplicados (MATTOS, 2009).

Tal postura levou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo inclusive a concordar com a proposta de uma menor tributação ao capital vinculado à indústria automobilística e a defendê-la, como forma de dinamizar a indústria automotiva e com isso preservar empregos. A isso chamaram “sindicato cidadão”, pois agora as entidades sindicais eram capazes de discutir as políticas públicas, econômicas nesse caso, e “propositivamente” apresentar alternativas (MATTOS, 2009).

Em relação às políticas neoliberais de desmonte dos serviços públicos e direitos, a postura da negociação foi ainda mais longe e resultou no “acordo da previdência”, em 1996, apoiado pelas forças das centrais sindicais tendo à frente a CUT. Para o setor privado, “aposentadoria proporcional”, para o funcionalismo

público, o fim da aposentadoria integral e, para o enorme contingente de trabalhadores precarizados, a grande perda: substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição.

Segundo Mattos (2009), de fato, o alto desemprego da década de 1990 pode ser apontado como um elemento estrutural para explicar a mudança de linha de atuação do sindicalismo cutista. Porém, se o desemprego criou o ambiente, não pode ser considerado a única causa desta mudança de postura.

“Esboçada no fim dos anos 1980, quando o estatuto da CUT foi alterado, a mudança na postura política dos dirigentes da central aprofundou-se na década de 1990, justamente quando os efeitos perversos da reestruturação sobre o conjunto da classe trabalhadora e de suas organizações se fizeram sentir de forma mais aguda” (MATTOS, 2009, p. 144).

Dentro deste contexto, por outro lado, houve também o crescimento dos setores claramente de esquerda no interior da CUT, que estiveram presentes desde a criação da central, demarcando posições na disputa pelos rumos da luta sindical. O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região, por exemplo, é um importante sindicato organizado em um forte centro industrial do país, estruturado como movimento sindical de base, classista e socialista. Sempre se manteve contrário a participação nas Câmaras Setoriais, às negociações de direitos e aos pactos com o governo.

Outro sindicato que encarou o desafio de pensar (e agir) uma alternativa crítica e contrária às câmaras setoriais é o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, alinhando também o Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira, o Sindicato dos Metalúrgicos da Baixada Santista e, recentemente, o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga.

Do mesmo modo, desenvolveu-se um esforço expressivo no sentido de unificar e articular de maneira mais efetiva os setores socialistas e anticapitalistas no interior da CUT, especialmente pela Alternativa Sindical Socialista (ASS) e pelo Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), entre outras tendências que atuavam na Central.

As lutas sociais que se desencadeavam ao final da década de 1990 possibilitavam visualizar para a década seguinte a retomada de mobilizações sociais num patamar superior.

Para apreender a situação do movimento sindical nos anos dois mil, nos valem os estudos de Armando Boito Jr, Andréia Galvão e Paula Marcelino no artigo Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000.

Os autores defendem a tese de que, a década de dois mil foi a década da “acomodação política” do movimento operário e popular. Essa acomodação, contudo, não significou o desaparecimento das lutas.

As greves operárias e de trabalhadores de classe média as ocupações de terras pelo movimento camponês se mantiveram num nível elevado. Além disso, várias edições de Fóruns Sociais Mundiais e manifestações de luta e de inconformismo dos setores populares com o modelo neoliberal foram realizadas no Brasil.

Entretanto, sob o governo Lula, o qual não apenas manteve, como também reformou o neoliberalismo, estas lutas, que eram retomadas, se mantiveram no nível reivindicativo e localizado, desviando-se do objetivo de uma luta política geral contra o próprio modelo neoliberal.

Graças à política de cooptação, as centrais sindicais, inclusive a CUT, acomodaram-se à política econômica do governo. “Centenas de sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais” (BOITO JR; MARCELINO; GALVÃO, 2009, p. 37). Junto a isso se reformou também parte da legislação sindical, fornecendo às centrais fundos volumosos.

Os autores afirmam que, na primeira década dos anos dois mil, o movimento sindical apresentou uma recuperação, que teve como prováveis causas os seguintes fatores:

“a) uma retomada, ainda que tímida, do crescimento econômico; b) ligeira recuperação do emprego; c) o fato de a inflação

dos alimentos estar atingindo taxas superiores à taxa média de inflação, isto é, há uma taxa de inflação, ocultada pela inflação média, que atinge mais pesadamente os trabalhadores; d) a existência de um regime democrático; e) o fato de a equipe governamental bem como as presidências e diretorias de empresas estatais serem compostas, no período dos mandatos presidenciais de Lula da Silva, por pessoas oriundas, em grande parte, do movimento sindical – no quadriênio 2004/2007, o Governo Federal e as empresas estatais negociaram com mais de 90% das greves deflagradas pelo funcionalismo público federal e pelos trabalhadores das empresas estatais; f) o desgaste da ideologia neoliberal que aparece na eleição de Lula e nos novos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina; g) a concorrência política entre as centrais sindicais brasileiras, cujo número e variedade de orientações político-ideológicas cresceram, como já dissemos, entre 2004 e 2007” (Idem, p. 38).

A hipótese dos autores, portanto, é que alterações na conjuntura econômica, política e ideológica podem ter propiciado uma recuperação do sindicalismo.

As características do perfil da atividade grevista do período (2004-2007), segundo os autores, são as seguintes. A primeira delas tem a ver com a “quantidade” de greves. O número de greves e de grevistas manteve-se em nível elevado, cerca de 300 greves por ano somando 1,5 milhão de grevistas. No entanto, esse número ainda é menor do que a média verificada na década de 1990, cerca de 900 greves por ano.

A participação majoritária é do setor público – funcionalismo público e empregados de empresas estatais, e a dos trabalhadores do setor privado é elevada e crescente ao longo do quadriênio.

A segunda característica apontada pelos autores refere-se a “qualidade” das greves. Em sua maioria, são greves ofensivas, que buscam novas conquistas como aumento real de salário ou maior participação nos lucros e resultados. O número de greves defensivas, que buscam recuperar direitos ou evitar perdas etc, foi reduzido no período. “No conjunto do quadriênio 2004/2007, as reivindicações ofensivas estiveram presentes na grande maioria das greves – em porcentagem, 65% ou mais do total de greves de cada ano” (idem, p. 40). Essa tendência é contrária àquela verificada na década de 1990, na qual a maioria das reivindicações nas greves possuía caráter defensivo, segundo levantamento do Dieese.

A terceira característica está ligada a efetividade das greves, cada vez mais ambiciosas, na medida em conseguem ser bem-sucedidas na obtenção total ou parcial das reivindicações que as motivaram.

“As reivindicações que motivaram as greves foram, ao que tudo indica, total ou parcialmente atendidas. Cerca de 90% delas conseguiram estabelecer negociação com os empregadores e a pesquisa do Dieese constatou, para o ano de 2005, que 75% das greves para as quais se obteve esse tipo de informação terminaram com a obtenção de algumas ou de parte das reivindicações. O montante de greves que não logrou obter nenhuma reivindicação é insignificante, tanto para o ano de 2004, quanto para o ano de 2005 – apenas 7% das greves de 2004 e 6% das greves de 2005 podem ser consideradas indubitavelmente derrotadas. Em 2007, apenas 6% das greves não obtiveram nenhuma satisfação. Em 2007, tiveram suas reivindicações atendidas, total ou parcialmente, 61% dos movimentos grevistas. De setor para setor, varia bastante o montante de greves que obteve algum sucesso. Os trabalhadores das empresas estatais têm sido os mais bem-sucedidos nas ações grevistas (86% delas tiveram suas reivindicações atendidas, total ou parcialmente). Esse percentual cai para 71% das greves na esfera privada e para 50% nas greves do funcionalismo federal, estadual e municipal. (Dieese, 2008: 21). Os dados gerais de greves que obtiveram total ou parcialmente suas reivindicações para o quadriênio são os seguintes: 2004: 70%; 2005: 75%; 2006: 75%; 2007: 60%” (Idem, p. 40-41)

A partir de 2004, o número de acordos salariais com reajuste acima do INPC cresce significativamente, saltando de 18% para 54%, e continua crescendo até 2007, atingindo 87% neste ano.

A quarta característica do ciclo de greves de 2004-2007 diz respeito à amplitude das greves e aos métodos de luta mais agressivos utilizados pelos trabalhadores. Grandes greves de massa têm ocorrido com frequência. Em 2005, foram realizadas 25 greves contando com mais de 10 mil trabalhadores cada uma; dessas, nove greves contaram com mais de 50 mil grevistas.

Já em 2007, ocorreram 14 greves envolvendo mais de 10 mil trabalhadores cada uma, sendo que sete delas contaram com mais de 50 mil grevistas. Muitas dessas greves são ações do funcionalismo público, principalmente trabalhadores da educação e da saúde. Porém, elas ocorreram também em número significativo e em grande escala na esfera privada e nas empresas estatais.

Dentre os métodos utilizados pelos trabalhadores são observados atos públicos, passeatas, piquetes e ocupações. Estas formas de luta, que dão maior visibilidade política e social à ação grevista, cresceram no período entre 2005 e 2007.

A quinta característica se refere à quais são os setores que se destacam nestas greves. Setores mais mobilizados do movimento sindical há tempos - tais como metalúrgicos, petroleiros, os trabalhadores da construção civil, os bancários e os funcionários públicos, notadamente os trabalhadores da educação e da saúde – são os responsáveis pela realização da maioria das greves.

Nesta “fase de recuperação” do sindicalismo brasileiro, mantêm-se outras características do período anterior. Destacam-se: a) predominância, na esfera privada, das greves no setor industrial, com o setor de serviços ocupando uma posição secundária no quadriênio 2004/2007; b) predominância, no setor industrial, das greves no ramo metalúrgico. No ano de 2005, 70% das greves da indústria foram realizadas por metalúrgicos; c) trabalhadores da construção civil e petroleiros continuam em destaque nas greves; d) no setor de serviços, predominância dos bancários, dos trabalhadores dos Correios e dos trabalhadores em transporte, com destaque para o transporte urbano, como os setores sindicalmente mais mobilizados; e) predominância, no ramo metalúrgico, das greves nas montadoras de veículos; f) inatividade grevista em setores como o comércio, setor que permanece de importância muito pequena no movimento sindical apesar de reunir um contingente muito grande de trabalhadores (BOITO JR; MARCELINO; GALVÃO, 2009).

Outro traço de continuidade se expressa no fato de as greves, no geral, serem concentradas na região Sudeste do país e particularmente no Estado de São Paulo. Das greves de 2005, 87% ocorreu na região Sudeste; dessas, mais de 60% tiveram lugar no Estado de São Paulo. Em 2007, o Sudeste respondeu por 83% das greves realizadas em todo o país, mantendo-se o patamar elevadíssimo de concentração.

Por fim, a sexta característica trata-se da predominância do setor público na realização da maioria das greves. As mobilizações neste setor atingem agora polícia federal, civil e militar, os funcionários do judiciário, do Banco Central, os auditores fiscais, entre outros. Contudo, continua sendo predominante o funcionalismo estadual, principalmente professores e profissionais da saúde.

Eles concluem que as alterações na conjuntura econômica, política e ideológica levaram a uma recuperação do movimento sindical. Porém, ainda não era possível prever as consequências que a crise de 2008 acarretaria neste movimento. Os dados divulgados pelo Dieese sobre o movimento grevista daquele mesmo ano revelam um recorde do número de greves na década: 411 greves. Assim, ao menos no início da crise, o movimento sindical permaneceu forte.

A reversão ou a continuidade desse quadro de recuperação da luta sindical estaria, portanto, condicionada a duração e profundidade daquela crise e, também, da resposta das organizações sindicais e partidárias dos trabalhadores.

Refletindo sobre a ação e orientação política das centrais sindicais, estes autores ressaltam que objetivamente existe uma diferença entre a base do movimento sindical - que sofre diretamente os efeitos do modelo capitalista neoliberal e tende a reagir por meio de instrumentos como a greve – e as organizações de cúpula, muito distante, no caso do Brasil, dos problemas do chão de fábrica e mais propensas a fazerem acordos com o governo e o patronato.

Resultado desta diferença entre a base e a cúpula foi a criação de novas organizações de cúpula a partir de ano de 2004. De um lado, a divisão sindical decorrente da criação de novas organizações indica vitalidade, pois uma parcela do movimento sindical busca se organizar de forma independente em relação ao governo para disputar as bases sindicais com as “centrais acomodadas”. De outro, esta mesma divisão permitiu que novas centrais fossem “premiadas” com os recursos financeiros oriundos da nova legislação sindical, a qual repassa um percentual significativo do imposto sindical para as centrais.

Para apreender a complexidade desse processo, os autores examinam, de maneira sintética, as tendências políticas das principais centrais sindicais da década de dois mil, o modo pelo qual a ação do governo Lula incidiu sobre essas tendências e o processo de reconfiguração na cúpula do movimento sindical durante os mandatos do presidente Lula.

A eleição de Lula modificou a relação entre movimento sindical e governo. Essa mudança se torna mais evidente quando se observa a trajetória da CUT, que resultou no aprofundamento da tendência dominante na direção desta central à acomodação política e, ao mesmo tempo, no acirramento dos conflitos em seu interior, derrotando as correntes minoritárias. Este resultado pode ser atribuído à, ao menos, duas ordens de fatores.

O primeiro fator diz respeito à dupla militância, visto que vários militantes do PT também militam na CUT. Dessa maneira, vários ministros e funcionários do primeiro escalão do governo foram recrutados junto à central.

“Nesse contexto, a CUT passou a enfrentar dificuldades crescentes para manter sua independência frente a um governo que não apenas havia ajudado a eleger e com o qual se identificava, mas que contava com a participação direta de lideranças cutistas” (Idem, p 46).

O segundo fator está ligado às estratégias utilizadas pelo governo para “envolver” o movimento sindical. Foram criados órgãos tripartites como o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), para discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical, na tentativa de construir consensos em torno das questões mais polêmicas e de minimizar uma eventual reação dos trabalhadores às políticas a serem adotadas.

A participação da CUT nessas instâncias foi criticada pelas correntes minoritárias da central, que consideram o tripartismo uma forma de cooptação e de conciliação de classes.

A Força Sindical, por sua vez, tentava se firmar como oposição no primeiro governo Lula. Por se tratar de uma tarefa difícil - tendo em vista que o governo Lula era respaldado por amplo apoio popular e do movimento sindical - no segundo

mandato, a Força Sindical passa a apoiar o PT e um de seus principais dirigentes, Luiz Antonio de Medeiros, tornou-se Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego em março de 2007.

Apesar da participação de sindicalistas no governo e da expectativa existente em torno da eleição de Lula, desde o primeiro ano de mandato o governo petista implantou medidas que prejudicaram os trabalhadores e provocaram descontentamento de alguns setores sindicais. Podemos utilizar como exemplo a reforma previdenciária, aprovada em 2003, que retirou direitos dos funcionários públicos, importante base social da CUT. Mesmo assim, não houve qualquer resistência organizada pela central.

As reformas trabalhista e sindical também geraram insatisfação em algumas correntes sindicais. No que se refere à primeira, o governo Lula não interrompeu o processo de flexibilização da legislação, ainda que o tenha feito em ritmo menor do que o verificado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Dessa maneira, o governo implementou algumas medidas flexibilizantes sem discuti-las publicamente, a exemplo da contratação de prestadores de serviços na condição de empresas constituídas por uma única pessoa (a chamada “pessoa jurídica”) e da lei do Super Simples, que possibilita a redução do pagamento de alguns direitos trabalhistas para micro e pequenas empresas (BOITO JR; MARCELINO; GALVÃO, 2009).

Já a reforma sindical, apesar de todo o debate realizado no Fórum Nacional do Trabalho, não avançou. Dentre os pontos de polêmica e tensão existentes nesta reforma, podemos destacar: as propostas de extinção da unicidade sindical e de algumas das contribuições sindicais compulsórias e as medidas que buscam a centralização do poder nas cúpulas sindicais, o que reduziria a autonomia dos sindicatos de base e, conseqüentemente, a possibilidade de resistência das correntes sindicais minoritárias no interior das centrais.

Os autores afirmam que as mudanças introduzidas no âmbito da legislação sindical foram poucas, porém politicamente importantes: o reconhecimento oficial das centrais sindicais e o seu financiamento com dinheiro proveniente do imposto sindical, mudanças aprovadas no segundo mandato de Lula (Lei 11.648/2008).

No governo Lula, houve também uma proliferação de centrais sindicais. Essa nova configuração se deu por dois motivos, segundo os autores:

1) à insatisfação de uma parcela do movimento sindical tanto com a política do Governo Lula de manter o modelo neoliberal, quanto com o apoio da CUT e da Força Sindical a essa política;

2) às exigências estabelecidas pela lei como pré-requisitos para que as centrais sindicais pudessem ser reconhecidas oficialmente e, por conseguinte, utilizarem os recursos financeiros que lhes seriam destinados.

Assim, os tensionamentos internos, que já existiam desde a criação da CUT, se intensificaram, resultando num processo de cisão, onde a central perdeu alguns sindicatos importantes, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região e o Andes (Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior). Neste processo de ruptura interna, o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao PSTU, participou da criação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). A Frente de Esquerda Socialista (FES), por sua vez, criou a corrente denominada Intersindical.

Ademais, a legislação que possibilitou o reconhecimento oficial das centrais sindicais gerou um processo contraditório. Por um lado, ocorreram fusões, como o caso da união de três pequenas centrais para a criação da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Por outro lado, novas divisões se desencadearam, a exemplo da saída da Corrente Sindical Classista (CSC), corrente vinculada ao PCdoB, da CUT, em 2007. Essa saída possibilitou que a CSC criasse a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Em ambos os casos, busca-se cumprir os critérios de representatividade para ter acesso ao reconhecimento legal e à fonte de custeio garantida pelo governo.

“Mais do que uma disputa quanto à melhor forma de organização sindical, que oporia os defensores da estrutura sindical de um lado e seus críticos de outro, o surgimento de novas entidades sindicais foi fruto de disputas políticas sobre a relação do sindicalismo com o governo e sobre o posicionamento perante as reformas neoliberais. Mesmo assim, o apoio sindical ao governo Lula prevalece, na medida em que as entidades que lhe oferecem

resistência possuem um espaço de atuação ainda pequeno, enfrentando dificuldades para organizar e mobilizar os trabalhadores” (Idem, p. 49).

Atualmente, o Ministério do Trabalho e Emprego, divulga a relação das centrais sindicais que atendem os requisitos da lei, indicando seus índices de representatividade. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) registrou o maior índice (35,60%), seguida da Força Sindical (13,80%), União Geral dos Trabalhadores – UGT (11,20%), Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB (9,20%) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST (8,10%).

A partir desses dados, é possível perceber que o Estado continua mantendo o controle sobre as centrais sindicais e os sindicatos de trabalhadores. O que reforça, por si só, a tese do Sindicalismo de Estado, defendida por Armando Boito Jr. Para esse autor, a estrutura sindical brasileira é uma instituição integrada ao Estado capitalista por meio de mecanismos legais e organizativos que se reproduzem graças a uma determinada ideologia. A integração ao Estado possibilita que o sindicato possa viver distante dos trabalhadores ou – em casos extremos e que são muitos – até separados da sua base (BOITO JR, 1991; 1999 apud SOARES, 2013).

O processo é contraditório, pois, na medida em que os sindicatos se tornam dependentes do Estado, tornam-se independentes dos trabalhadores.

O elemento central desta estrutura sindical é a necessidade de que o Estado, por intermédio de um ministério, ou por intermédio do Judiciário, reconheça uma organização como sindicato para que essa organização possa funcionar como tal, isto é, para que possa negociar condições de trabalho e salário com o empregador.

“O reconhecimento oficial do Estado é o elemento de base da integração, sem ele os demais não poderiam existir. Contudo, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias são elementos muito importantes de controle do aparelho sindical pelo Estado. É esse tipo de estrutura que integra o sindicato ao Estado e, num mesmo movimento, afasta-o dos trabalhadores” (BOITO JR, 1991; 1999 apud SOARES, 2013).

A propósito da propagação das centrais sindicais pelo país, na década de dois mil, Dal Rosso (2013 apud SOARES, 2013) observa um aspecto que diz respeito à “fragmentação sindical”. Surgem sindicatos fantasmas, em sua maioria,

sem representatividade, com intuito de dividir a classe trabalhadora e receber a contribuição sindical.

“O Brasil chama a atenção pelo número de entidades sindicais de trabalhadores. Uma pesquisa feita pelo IBGE em 2001 resultou em 13.203 sindicatos, dos quais 9.186 tinham registro no Ministério do Trabalho e Emprego. Onze anos mais tarde, em 2012, este mesmo ministério registra 9.954 instituições com certificado ativo, aproximadamente 8% a mais de sindicatos em onze anos. Qual o significado da ampliação do número de sindicatos? Está-se diante de processos de saudáveis organizações de novas bases sindicais ou se trata de fragmentação de forças? Opera-se com a hipótese de que boa parte da divisão organizativa, processo que se observa no interior dos sindicatos de trabalhadores, corresponde a uma fragmentação em decorrência de lutas por espaços políticos, por verbas do imposto sindical, por divisão territorial e por puro corporativismo, o que não implica em elevar a capacidade de luta da estrutura como um todo. O vertiginoso surgimento de centrais sindicais após o ano 2000 fornece força cabal ao argumento da fragmentação” (Dal Rosso, 2013 apud SOARES, 2013).

Para Soares, as cinco centrais citadas passam por um processo de “aproximação em relação ao governo Lula”. Esse processo se expressa naquilo que Antonio Gramsci denominou de “transformismo”.

“Entendemos por transformismo, no sentido gramsciano, o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas. Tal movimento de aproximação com o governo consiste em atrair para o campo político dominante os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política” (SOARES, 2013, p. 548).

Esta política transformista se deu através do Fórum Nacional do Trabalho e do recrutamento de lideranças sindicais para cargos no governo, onde

“a administração de Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento cerca de 1.300 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a R\$ 200 bilhões” (SOARES, 2013, p 549).

A “elite do sindicalismo nacional” passou a assumir cargos importantes em companhias estatais, como Petrobras e Furnas Centrais Elétricas, além de comporem o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico (BNDS). Assim, esses “novos gestores” descolaram-se da representação dos interesses dos trabalhadores, que não são mais os seus. (SOARES, 2013).

Para Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2011; BRAGA, 2012 apud SOARES, 2013) este vínculo orgânico transformista da alta burocracia sindical com os fundos de pensão “pavimentaria o caminho sem volta do ‘novo sindicalismo’ na direção do regime de acumulação financeira globalizada”.

Os interesses da classe trabalhadora são, assim, deixados de lado por essa burocracia sindical, que busca tão somente a liquidez e a rentabilidade dos ativos dos fundos de pensão.

O novo sindicalismo através das greves do ABC paulista, que depois se espalharam por todo país, avançou nas conquistas trabalhistas e na democratização da estrutura sindical. Porém, as bases fundamentais desta estrutura oficialista, se mantêm até hoje. (SOARES, 2013)

O movimento sindical, segundo o autor, ainda não foi capaz de se libertar desta velha estrutura. Ao contrário disso, no interior deste movimento as centrais sindicais cooptadas, pelegas, ou seja, a grande maioria reforçou ainda mais os tentáculos deste arranjo que atrela sindicatos ao Estado. Por outro lado, existem focos de resistência a esta política de concertação social, de conciliação de classes. Aqui, podemos destacar a Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora e a Conlutas.

Para os setores combativos da esquerda sindical, um dos principais combates que se apresenta diante do movimento sindical é a luta contra a reforma sindical e trabalhista do governo Lula. Estas reformas mantêm a estrutura sindical atrelada ao Estado; nega a liberdade sindical; concentra as negociações coletivas nas cúpulas sindicais e não garantem a manutenção de direitos já conquistados na medida em que impõe a flexibilização e a eliminação de direitos via negociação coletiva. “Em síntese, é a negação da autonomia, da liberdade e da independência sindicais” (ANTUNES, 2006 apud SOARES, 2013).

Considerações Finais

O estudo desenvolvido para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso propiciou uma análise sobre os processos vivenciados por mim tanto na condição de trabalhador metalúrgico como dirigente sindical. Ao concluir este trabalho, podemos identificar algumas lacunas, tais como as particularidades das transformações societárias na sociedade brasileira e suas implicações para os trabalhadores e mesmo os desdobramentos para o operariado metalúrgico da Baixada Santista. Ao tratar das tendências atuais do sindicalismo brasileiro, identificamos também a necessidade de, em estudos futuros, buscar compreender os projetos de luta e organização sindical em disputa no contexto atual.

A pesquisa bibliográfica realizada nos permitiu sintetizar que o sindicalismo no Brasil, diante desta constante ofensiva do capital, que se desenvolve não apenas em transformações nos processos produtivos, mas também, nos ataques através do Estado capitalista na luta de classes, encontra-se, certamente, numa conjuntura de derrota, expressão de derrotas para o conjunto da classe trabalhadora. Não bastasse o capital conseguir esfacelar os trabalhadores, disseminando as formas de precarização do trabalho, agora ele conta com amplo apoio de setores do movimento sindical para legitimar-se.

Apresentam-se, assim, enormes desafios para as correntes e direções sindicais de esquerda. É necessário, no plano imediato, organizar os trabalhadores para defender os direitos que restam e avançar rumo a novas conquistas. E se trata de uma forma de organização específica, determinada, concreta, na base, nos locais de trabalho, “com” e “para” a classe trabalhadora. Processo de lutas que entendemos poderá efetivar, desde já, uma ofensiva da *economia política do trabalho na luta contra a economia política do capital*.

Para isso, exige-se também que se compreenda o grau de fragmentação, diversificação e complexificação desta classe, buscando caminhos no sentido de representar (e organizar) os interesses também daqueles trabalhadores terceirizados, precarizados e desempregados. Isto é, unificar a classe.

A estrutura sindical brasileira atrelada ao Estado desde a década de 1930, também representa um obstáculo, na medida em que exerce controle sobre o sindicalismo e coopta centrais e lideranças sindicais. Torna-se mais que evidente, portanto, que o movimento precisa ser redirecionado: reaproximar-se das bases e descolar-se do Estado. Além disso, resgatar uma concepção de sindicato classista, autônomo, combativo e anticapitalista que marcou o sindicalismo brasileiro em sua trajetória, das origens, passando pela retomada das lutas nos anos 1970 e 1980 e atualmente solapada.

As condições materiais contraditoriamente estão postas (e não são favoráveis) e cabe a esta fração do movimento sindical, junto com os trabalhadores, cumprir as tarefas que o momento exige para conseguir interferir na trajetória histórica da luta de classes numa perspectiva de emancipação política e humana.

Referências

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. (organizador). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 1999.

BATISTONI, M. R. **Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1964-1987)**. Tese de Doutorado, PUC-SP. São Paulo, 2001

BOITO JR, GALVÃO, P; A; MARCELINO. P. Brasil: o movimento sindical e popular na década de dois mil. **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO) Año X, Nº 26, outubro, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na cena contemporânea**. In: Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ ABEPSS. Brasília 2007.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSSI, W; GERAB, W. J. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTANA, M. A; RAMALHO, J. R. (organizadores). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOARES, J. L. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 541-564, 2013.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.